Papel e celulose — certificações ambientais

MÁRCIO BUENO

Os países em desenvolvimento não estão livres das pressões exercidas pelos ambientalistas, hoje 50 milhões e ganhando mais adeptos, sobre as empresas e seus processos produtivos. Em uma economia global, essas pressões transcendem as fronteiras sob a forma de exigências no âmbito do comércio internacional, através do protecionismo verde.

A atividade industrial em todo o mundo está sob o fogo cerrado das pressões ambientalistas, que partem de organizações não-governamentais, consumidores, legislações nacionais e de blocos de países, no sentido da melhoria da qualidade dos produtos e de um processo produtivo compatível com um meio ambiente saudável. Do ponto de vista dos ambientalistas, as empresas foram longe demais na busca única do lucro, deixando no caminho um rastro de sujeira e destruição, processo que deve ser revertido com a máxima rapidez. Os empresários, por seu lado, se vêem mergulhados num mar de siglas que se mulplicam sem parar, cada uma significando uma série de novos procedimentos que se devem adotar e que implicam pesados investimentos sem retorno, apenas para não perder a competitividade.

Existem hoje no mundo mais de 15 mil organizações ambientalistas, com 50 milhões de associados.

A partir da década de 70, a Europa começa a procurar alternativas para reduzir o impacto da atividade industrial sobre o meio ambiente. De acordo com José Augusto Pinto de Abreu, superintendente técnico da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), "o assunto virou ponto de destaque na pauta de governos de muitos países europeus, o que acabou se refletindo na economia mundial, criando na década de 90 demanda por normas ambientais". No início, as empresas tinham que se entender apenas com os órgãos de meio ambiente, criados para policiar as empresas quanto às atividades que afetavam o meio ambiente. A situação começou a mudar efetivamente com a entrada em cena de novos atores — os consumidores. Na década de 80, há uma grande explosão do movimento ambientalista, que antes se restringia a entidades de atuação limitada. Segundo Carlos Alberto Roxo, gerente de qualidade industrial e relações corporativas da Aracruz Celulose, "existem hoje no mundo mais de 15 mil organizações ambientalistas, com 50 milhões de associados". É inegável que, apesar de existirem no mundo todo, as entidades voltadas para o meio ambiente com poder de fogo efetivo estão nos países desenvolvidos, onde o nível cultural é muito mais elevado, as necessidades básicas da população já foram resolvidas e os recursos naturais se tornaram perigosamente escassos em razão do que julgam ter sido uma imprevidência daqueles que capitanearam as atividades produtivas até hoje. Em estudo apresentado num seminário promovido pela OEA, em Buenos Aires, em abril do ano passado, Carlos Alberto Roxo informa que na Holanda um em cada cinco adultos é membro de uma entidade ambientalista. A marca é excepcional e ainda deve-se considerar que estas entidades influenciam uma significativa parcela de cidadãos não-filiados.

Em seu estudo, Roxo apresenta vários outros dados sobre o crescimento e o poder dessas entidades. Muitas delas se globalizaram. Como exemplos, cita o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), o Greenpeace e o Friends of the Earth, que têm escritórios em 50 países, 11 milhões de membros e receita anual somada de US$400 milhões. Com estruturas e competências similares às de empresas, altamente organizados e profissionalizados, esses grupos contam com alta credibilidade junto ao público, muito maior do que as indústrias, conforme atestam as pesquisas. Visando aos consumidores, as entidades tornaram o ato de comprar produtos ambientalmente sadios um *must*, um elemento que distingue as pessoas que têm das que não têm consciência de seu poder de influência. Os consumidores fazem exigências aos revendedores, que por sua vez pressionam os fornecedores, num processo em cadeia que chega aos produtores ou fornecedores de matérias-primas. Na Inglaterra, há pelo menos um caso em que os ambientalistas passaram das pressões para as alianças com os revendedores. Sob a coordenação do WWF, foi criado o Grupo 95, integrado por cerca de 40 empresas, entre as quais a British Rail e as principais redes varejistas, como Sainsbury e B & Q, que se comprometeram a adquirir, depois de dezembro de 1995, produtos de madeira somente acompanhados de certificado ambiental. As tendências da demanda ambiental do mercado são diferenciadas, mas caminham numa direção única: a de exigências crescentes.

As empresas dos países em desenvolvimento estariam livres dessas pressões, já que suas entidades ambientalistas não apresentam o vigor das similares primeiro-mundistas? Em primeiro lugar, as pressões exercidas pelos grupos dos países desenvolvidos chegam, pela cadeia de pressões, às empresas instaladas nos países em desenvolvimento. A globalização da economia teve como uma de suas conseqüências a globalização das pressões ambientalistas. E às pressões das entidades voltadas para o meio ambiente juntaram-se as das próprias empresas dos países desenvolvidos. Tendo que realizar vultosos investimentos para melhorar a qualidade de seus produtos e para reduzir a emissão de efluentes, elas perderiam a competitividade diante de empresas que estivessem livres desses gastos. Diante de tais razões, os países desenvolvidos passaram a exigir, para importar de outros países, que seus fornecedores se adequassem a normas ambientalmente corretas. Essas normas são criadas por eles próprios e também por blocos de países, como é o caso da União Européia.

Hoje, o ato de comprar produtos ambientalmente sadios distingue as pessoas que têm das que não têm consciência de seu poder de influência.

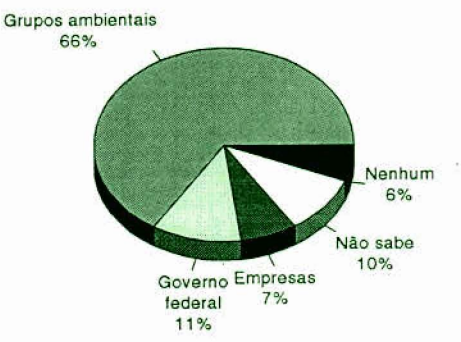
A força das pressões pode ser medida pelo volume de gastos no controle da poluição e na adequação tecnológica das empresas. Os EUA estão aplicando US$80 bilhões anualmente no controle de todos os tipos de poluição, o que representa 1,7% do PIB. Somente o setor de papel e celulose investiu durante toda a década de 70, como resposta à Lei do Ar Limpo, 30% de seu capital em meio ambiente, e agora, para atender às mudanças da legislação ambiental, deve investir entre US$10 e 14 bilhões até o final da década, segundo a Associação Americana de Florestas e Papel (AFPA). Como integrante do Nafta, o México teve que aumentar suas despesas com o controle ambiental, de apenas US$12,5 milhões em 1988 para US$1,1 bilhão em 1991. Portugal, competidor do Brasil no setor de papel e celulose, enfrenta situação parecida — de US$9,7 milhões que gastou em 1988, passou para US$ 36,8 milhões em 1991 e terá que gastar US$1,5 bilhão até o ano 2000. No Mercosul, o Brasil dispõe da legislação mais avançada e deverá influenciar os demais países na elaboração de um código comum.

Os mais resistentes até agora têm sido os países emergentes do bloco asiático, que não adotam postura conservacionista e combatem o que consideram tendências discricionárias de comércio evidenciadas na Rodada Uruguai, do Gatt. A Índia se nega a multar seus poluidores, alegando que as empresas perderão competitividade num mercado globalizado, e rechaça as acusações ambientalistas e sociais. A Malaísia e a Indonésia apresentam a mesma visão e, a despeito de contar com bons programas de reflorestamento e instalação de unidades modernas e competitivas, são acusadas de devorar florestas subtropicais nativas.

Não há dúvidas de que muitas vezes o argumento ambiental pode se encaixar como uma luva em uma política protecionista. Aproveitando o embalo da grita ambientalista, países e blocos de países passam a fazer exigências descabidas, que não levam em consideração as realidades dos países fornecedores, unicamente para proteger suas próprias indústrias. Os EUA e o Canadá têm protestado contra o fato de a União Européia só permitir a participação dos países-membros na elaboração das normas do seu selo ecológico, o Eco-Label, o que pode resultar no chamado "protecionismo verde". De acordo com Carlos Alberto Roxo, "as evidências de protecionismo verde são numerosas, reforçando o temor de que a ausência de regras internacionais bem-definidas possa resultar em uma escalada de medidas com este objetivo". Considerando a multiplicação de exigências das entidades ecológicas, dos importadores, dos países, das certificações exigidas por blocos de países, como é exemplo o Eco-Label, Celso Foeckel, diretor de Tecnologia e Meio Ambiente da Riocell, considera a ISO 9000 e a ISO 14000 uma proteção para as empresas.

Mas, afinal de contas, o que é ISO? ISO é a sigla da International Organization for Standardization, a federação mundial dos organismos de normalização, uma entidade não-governamental criada em 1947, com sede em Genebra, Suíça. A rigor, a sigla deveria ser IOS. Tornou-se ISO para transmitir a idéia da igualdade, semelhança, equivalência, significado do radical grego que forma palavras como isômero e isonomia. A ISO é formada por 110 entidades nacionais independentes de governos. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é a representante brasileira na ISO e ao mesmo tempo

Credibilidade junto ao público



Fonte: Wirthun Group, julho de 1992.
Pesquisa com a população adulta dos EUA.

representante da ISO no Brasil. Como entidade independente, mantida pelas empresas, a ABNT elabora normas para produtos que não têm força de lei, mas que em geral são aceitas porque resultam de discussões entre representantes dos próprios fabricantes. À ABNT cabe formar, dirigir os comitês destinados à elaboração de normas e depois fomentar seu uso entre outros, nos campos científico, técnico, industrial e comercial. As empresas que porventura se recusarem a seguir as normas elaboradas perderão mercado, porque seus produtos não vão se adaptar a outros que lhes são ligados, incluindo embalagens.

A ISO faz, em nível internacional, o mesmo que a ABNT no Brasil. É portanto um organismo democrático, que elabora normas com a participação de representantes de todo o mundo. As normas da série ISO 9000 são as que tratam do sistema de gestão de qualidade (SGQ), isto é, dos procedimentos que uma empresa deve desenvolver para garantir a qualidade de seus produtos. No Brasil, a primeira empresa a conquistar a ISO 9002 foi a Bahia Sul Celulose S.A., que se tornou também a primeira empresa do setor, no mundo, a conquistar o certificado "verde", segundo as rígidas normas inglesas BS 7750. Hoje, 16 empresas do setor de papel e celulose já podem exibir certificações de acordo com as normas ISO 9000.

Se a ISO 9000 uniformiza a linguagem universal acerca dos procedimentos para se garantir a qualidade dos produtos, nada impede que a atividade produtiva para a fabricação desses mesmos produtos cause grandes danos ao meio ambiente. Foi com base nessa preocupação que se planejou a elaboração de outra série de normas, denominadas ISO 14000. Voltadas especificamente para o estabelecimento de um sistema de gestão ambiental (SGA), essas normas procuram garantir que a atividade produtiva não cause impacto ao meio ambiente e tenha um sistema permanente e confiável de auditoria. Para a elaboração das normas foi criado o TC 207, ou Technical Committee 207, integrado por representantes de todo o mundo e que se divide em seis subcomitês, cada um cuidando de um aspecto da gestão ambiental das empresas e dos produtos. O comitê já realizou três reuniões plenárias. A quarta e mais importante, em que deverão ser aprovadas as cinco primeiras normas da série ISO 14000, será realizada no Rio de Janeiro, em junho próximo, com a presença de 600 especialistas, representando pelo menos 80 países. "Antes da ISO 14000" — diz José Augusto Pinto de Abreu — "as companhias gastavam muito dinheiro na questão ambiental e cada uma ia por caminhos diferentes. Agora essa série de normas será referência mundial."

A influência que a certificação ambiental pelas normas da série ISO 14000 terá sobre as transações internacionais é inegável. Com base nessa constatação, vários setores da economia brasileira se uniram à ABNT, criando o Grupo de Apoio Normalização Ambiental (Gana) com o objetivo de participar ativamente dos trabalhos do TC 207. Participam como cotistas do Gana 36 grupos empresariais, entre os quais dois do setor de papel e celulose: Aracruz e Klabin. Entre as 18 entidades de apoio está a Associação Brasileira dos Exportadores de Celulose (Abecel). "As delegações brasileiras deram muitas contribuições importantes à elaboração da série ISO 14000", afirma o engenheiro Sérgio Pinto Amaral, coordenador brasileiro do Subcomitê 1 da ABNT. Para Fernando Rosa, secretário técnico da ABNT/Gana, "uma das vitórias mais significativas ocorreu no campo das auditorias ambientais, quando os representantes brasileiros conseguiram o cancelamento de diversos tipos de auditoria que fazem parte do Regulamento da União Européia e cujos países-membros desejavam universalizar as exigências que os regem, o que poderia vir a gerar barreiras não-tarifárias injustificáveis".

A globalização da economia teve como uma de suas conseqüências a globalização das pressões ambientalistas.

Empresas do setor de papel e celulose certificadas com ISO 9000

Riocell S.A.	ISO 9002
Aracruz Celulose S.A.	ISO 9002
Celulose Nipo-Brasileira S.A. — Cenibra	ISO 9002
Champion Papel e Celulose Ltda.	ISO 9002
Klabin Fab. de Papel e Celulose (Telêmaco Borba)	ISO 9002
Igaras Papéis e Embalagens S.A.	ISO 9002
Inpacel — Indústria de Papel Arapoti S.A.	ISO 9002
Cia. Industrial de Papel Pirahy	ISO 9002
Rigesa Celulose, Papel e Embalagens Ltda.	ISO 9001 e 9002
Fab. de Papel Santa Therezinha S.A.	ISO 9002
Bahia Sul Celulose S.A.	ISO 9002
Jari Celulose S.A.	ISO 9003
Votocel Filmes Flexíveis	ISO 9001
Votorantim Celulose e Papel S.A. (Luiz Antônio)	ISO 9001
Ripasa S.A. Celulose e Papel	em fase de certificação
Iguaçu Celulose, Papel S.A.	ISO 9002

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose.

Márcio Bueno é jornalista.